

Mecanismos e normas para a Organização Bibliográfica Nacional: novos programas para velhos problemas

Devices and standards for bibliographic organization in Brazil: new programs for old problems

HAGAR ESPANHA GOMES *

Problemas de organização bibliográfica no Brasil e a necessidade de tomada de posição dos órgãos competentes, bem como de adoção de normas e mecanismos para o intercâmbio bibliográfico em nível internacional. O papel da UNESCO no campo bibliográfico e os mecanismos e normas internacionais como o ISBN, ISSN, ISBD e o ISBD(M). Urgência de união de esforços para a produção de instrumentos bibliográficos mais eficientes em nosso país.

1 — INTRODUÇÃO

Apesar do desenvolvimento biblioteconômico brasileiro, ainda não se conseguiu um estágio satisfatório no que concerne à organização bibliográfica nacional.

Não há falta de profissionais nem de escolas, e o movimento editorial cresce. A Biblioteca Nacional está

* Livre-docente pela Universidade Federal Fluminense.

em fase de revigoramento. O Governo, cada vez mais, dá ênfase à organização de serviços de documentação.

Por que carecemos de tal organização? Que medidas estão sendo tomadas? Essa preocupação deve ser dos órgãos competentes ou de todos aqueles que trabalham com o "conhecimento" sob forma bibliográfica?

Em que medida a ausência dessa organização afeta o desempenho diário do bibliotecário, do livreiro, do estudioso?

Não se pretende, aqui, discutir e/ou propor planos e programas para implantação de tal organização. Mesmo porque planos e programas dessa natureza são da alçada dos órgãos de planejamento. Mas há atividades que são de responsabilidade dos profissionais, e, estas, sim, devem ser estimuladas e iniciadas, por vezes, mesmo antes da existência de qualquer plano.

Neste caso, está a adoção de normas e mecanismos para intercâmbio bibliográfico, pelos benefícios que apresentam para os repertórios bibliográficos e para os serviços bibliotecários.

Estas normas e mecanismos, contudo, não devem ser vistos apenas de uma perspectiva nacional. A dependência, cada dia maior, do intercâmbio bibliográfico, leva a focalizar a problemática da organização bibliográfica doméstica no quadro dos programas internacionais que não impliquem em cerceamento das atividades biblioteconômicas internas. Aqui, como em tantas outras atividades, isolamento é bastante desaconselhável.

2 — PAPEL DA UNESCO

No campo bibliográfico, a UNESCO, indubitavelmente, tem tido uma atuação benéfica.

Desde 1946, quando de sua criação, a UNESCO tem dedicado especial atenção à organização bibliográ-

fica. Tanto assim, que uma das primeiras Conferências Gerais, a de 1950, foi dedicada ao melhoramento dos serviços bibliográficos nacionais. Na realidade, o interesse pela bibliografia é anterior, conforme se verifica no programa do Instituto de Cooperação Intelectual da Liga das Nações. Isso se explica por ser a atividade bibliográfica intimamente relacionada com o problema da comunicação científica, atividade inerente à pesquisa científica. Por isso, num dos memoráveis encontros do Instituto da Liga das Nações, personalidades como Bergson e Mme. Curie emprestaram seu apoio e deram sua valiosa contribuição para a solução do já então problemático acesso à informação.

Como resultado da Conferência Geral de 1950 foram criados centros de documentação em países em desenvolvimento que careciam de organização bibliográfica. Alguns foram mais felizes que outros no desenvolvimento de suas atividades.

Entretanto, de um modo geral, a experiência foi mostrando que os serviços bibliográficos não conseguiram acompanhar o crescimento da literatura mundial e que a ação fomentadora da UNESCO, sem qualquer intenção normativa ou coordenadora, se pulverizara ao atender a cada país, individualmente.

Quando em 1971 se realizou a Conferência Geral sobre o UNISIST, a bandeira da cooperação — ou participação — se levantou, — não para auxiliar nas dificuldades encontradas pelos centros de documentação, mas como uma tentativa de solução para os grandes serviços de índices e resumos que não conseguiam uma cobertura completa, ainda que seletiva, da literatura de seu campo. Além disso, a interdisciplinariedade crescente da ciência, conseqüentemente evidenciada na literatura, parece ter sido o fator decisivo para que os editores dos grandes serviços bibliográficos secundá-

rios se unissem, numa ação conjunta, no sentido de tentar obter o aproveitamento das massas de dados dos diversos serviços sem que, para isso, fosse necessário, mais uma vez, analisar as informações para adequá-las a seus próprios critérios e normas.

Assim, o UNISIST não se detém na solução de problemas de caráter nacional; visa, tão somente, à coparticipação dos diversos serviços secundários. Isso se evidencia em seu programa de trabalho, que visa a integração horizontal e vertical; alguns deles apresentam interesse para a organização bibliográfica em nível nacional.

Ora, a organização bibliográfica interna é indispensável a um país — industrializado ou não, — para que, através dos diversos serviços e produtos, seja possível obter dados sobre a produção bibliográfica produzida no país. Esses indicadores, ao lado de outros, possibilitam a elaboração de planos diversos. Além disso, dependendo do estágio de desenvolvimento do país, a literatura nacional é representativa do conhecimento mundial, e, nesse caso, é mais do que óbvia a importância da organização bibliográfica, já aqui do ponto de vista da comunicação científica.

A Conferência de 1974 sobre sistemas nacionais de informação — NATIS — veio completar a ação da UNESCO com relação às atividades bibliográficas e de informação. Esse programa encontrou grande receptividade, principalmente por parte das nações em desenvolvimento, que viram nele uma oportunidade para a solução de seus problemas internos, nesse campo.

Um dos grandes programas que o NATIS endossou foi o do Controle Bibliográfico Universal — UBC — da IFLA. O UBC significa, para os países em desenvolvimento, uma oportunidade de se organizarem internamente, dentro de linhas de ação internacionais.

Dentre os mecanismos internacionais que beneficiam a organização bibliográfica nacional citam-se o ISBN — International Standard Book Number, e o ISSN — International Standard Serials Number.

O nome parece indicar que se trata, apenas, de uma norma para numerar livros e de outra para numerar publicações seriadas. Mais do que isso, elas se constituem em mecanismos de controle que muito beneficia o trabalho bibliográfico e biblioteconômico. O caráter internacional de ambas deve ser considerado como um ponto importante para sua adoção, pelos benefícios que apresentam para o intercâmbio e cooperação internacionais, em matéria de informação científica.

I S B N

O número internacional do livro é atribuído a cada título publicado e a responsabilidade cabe à agência nacional de cada país. Para a atribuição do número, é preciso montar um sistema que ofereça as seguintes vantagens:

- a) o ISBN facilita a comercialização do livro se o mecanismo de controle for eficiente, (como na Espanha, onde a sindicalização dos editores é obrigatória) ou se os editores tiverem amadurecimento suficiente para uma colaboração espontânea;
- b) o ISBN possibilita divulgação dos títulos ainda em processo de impressão;
- c) o ISBN serve de mecanismo de alerta para o cumprimento do depósito legal e pode se constituir, indiretamente, um fator de enriquecimento da bibliografia nacional, pelo menos no que diz respeito aos títulos comercializados.

No Brasil, a Agência Nacional do ISBN fica na Biblioteca Nacional, dela fazendo parte representantes do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da Câmara Brasileira do Livro, entre outros.

Pelo levantamento que a Biblioteca Nacional está fazendo entre os editores para atribuir os códigos, percebe-se que os grandes editores compreenderam o alcance da medida.

I S S N

O número internacional da publicação seriada é atribuído a cada título de periódico publicado. Esse código pode estar a cargo da agência internacional, na Biblioteca Nacional de Paris — onde funciona o International Serials Data System (ISDS) — sempre que o país não tiver uma agência nacional.

Os títulos de periódicos freqüentemente sofrem variações (algumas fundamentais, outras não) que podem levar ou não à atribuição de outros números. Com a implantação do ISSN obtém-se a uniformização no tratamento dos títulos, o que facilita o intercâmbio bibliográfico em nível nacional e internacional.

Esse sistema faz parte da programação da UNISIST e apresenta grande vantagem para os serviços de índices e resumos que incluem, na quase totalidade, artigos de seriados.

A agência nacional do ISSN é o IBICT.

I S B D

Os bibliotecários brasileiros estão, de modo geral, bastante sensíveis à adoção de normas e programas internacionais, e conscientes de que, em matéria de documentação e informação científica, a cooperação é básica e imprescindível. Essa noção, diga-se de passagem, é enfatizada nas escolas de biblioteconomia, não

faltando os exemplos pioneiros de Jewett e Otlet, principalmente.

No que se refere ao formato de registro dos dados catalográficos, há uma grande e compreensível expectativa em torno do CALCO — adaptação brasileira do MARC II — este último servindo de modelo para o UNIMARC (Marc internacional). Mas esses formatos destinam-se ao processamento eletrônico. Falta um outro campo de normalização, igualmente importante, como o da normalização do conteúdo daquele formato: a catalogação descritiva propriamente dita.

No mundo ocidental, sem sombra de dúvida, o Código de Catalogação Anglo-Americano está sendo considerado como uma norma internacional de catalogação. Seus próprios organizadores, entretanto, sentiram que a catalogação descritiva, tal como figurava no código, não poderia ser adotada internacionalmente. O intercâmbio bibliográfico, evidentemente, daria margem a interpretações diversas, e, portanto, a univocidade deveria ser buscada.

O ISBD(M) — International Standard for Bibliographical Description /for/ Monographs — é a norma recomendada pela IFLA e que passa a constituir, no novo código a ser editado pela ALA, o capítulo 6, em substituição ao atual.

A adoção do ISBD(M) nos catálogos e bibliografias, na catalogação na fonte e nos demais instrumentos bibliográficos e bibliotecários, possibilitará a tão sonhada normalização bibliográfica, já agora, não apenas em nível nacional.

Nesse aspecto, a ABNT, na qualidade de órgão normativo, não pode se manter alheia. Uma revisão no PNB-66, ou uma substituição — quem sabe? — deverá ocorrer para que, ao fazer a descrição física de um documento não haja a dúvida atual, inteiramente irrelevante: catálogo ou bibliografia?

Na realidade, essa dicotomia não deveria ter existido. Nos tempos anteriores à reforma dos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional, em 1940, a matéria Bibliografia abrangia a todos os aspectos da Biblioteconomia. Com a subdivisão em diversas disciplinas, os aspectos teóricos foram negligenciados e uma fria técnica tomou seu lugar. O que se verificou foi o ensino, com nomes diferentes, da descrição bibliográfica, por professores de catalogação, inicialmente, e, mais tarde, após a criação da Comissão de Documentação da ABNT, por professores de bibliografia. Infelizmente, nem sempre esses dois grupos tiveram compreensão dos aspectos comuns que envolviam uma e outra área. Entre a referência bibliográfica e a catalogação descritiva existem diferenças objetivas, nunca substantivas. A fria técnica levou muitos bibliotecários a confundir a referência bibliográfica com uma atitude simplista, em que a omissão de detalhes considerados superficiais se tornou a tônica, gerando repertórios pouco ou nada informativos neste aspecto. O mesmo aconteceu com os catalogadores. É preciso registrar a exceção para aqueles que trabalharam sempre com a bibliografia histórica e com a catalogação de obras raras.

Em nome do intercâmbio internacional, parece que fica mais fácil tentar reaproximar a técnica de referência bibliográfica com a técnica de catalogação descritiva, colocando-as em seu justo lugar.

Dentro dessa mesma linha de pensamento, é preciso repensar nos conceitos de catálogo e bibliografia (produto final). A esse respeito, Benge(1) faz um interessante "estudo exploratório", considerando os níveis de acesso como a principal diferença conceitual entre bibliografia e catálogo. Tendo em vista a tecnologia moderna de que se pode lançar mão, a colocação de

Benge merece atenção. Também se pode usar o mesmo argumento, paradoxalmente, para os profissionais de regiões ainda sem condição de usar tal tecnologia, pois não é mais prático e econômico adotar uma norma que sirva tanto às funções do catálogo quanto às da bibliografia?

Aceitando-se esse ponto de vista, fica fácil compreender que a adoção do ISBD(M) pelos bibliotecários brasileiros facilitará a produção da bibliografia nacional (como parte do catálogo geral da Biblioteca Nacional) e dos catálogos individuais e coletivos de bibliotecas; facilitará o intercâmbio de listas, ou fitas ou fichas bibliográficas para os mais diversos fins.

Mas a IFLA tem ambições maiores. E estendeu os estudos sobre a catalogação descritiva para os seriadados — ISBD(S) —, e para os materiais especiais — ISBD(NBM). Como resultado, deverá produzir, até junho de 1977, uma norma geral — ISDB(G), e as normas específicas, cabendo a inclusão, nos diversos ISBDs, dos itens peculiares a cada um.

Ainda não se sabe qual a reação dos responsáveis pelo Código de Catalogação Anglo-Americano, que, até agora, se preocuparam apenas com a parte relativa a monografias.

Embora essas normas tenham sido feitas especialmente para as agências bibliográficas nacionais, ocasionalmente poderão ser úteis a outras que tenham interesse no intercâmbio bibliográfico.

4 — CONCLUSÃO

A adoção de normas comuns pode ser o primeiro passo, em nível nacional, para uma coordenação e integração das diversas atividades bibliográficas e bibliotecárias. Quando isso ocorrer, um trabalho mais eficiente e de menor custo beneficiará usuários e respon-

sáve s pelo controle e divulgação dos recursos bibliográficos do país e da bibliografia nacional.

A união de esforços possibilitará a produção de instrumentos bibliográficos mais eficientes. A partir daí, os planejadores poderão efetuar estudos estatísticos diversos, extraindo indicadores para o planejamento de serviços bibliográficos, biblioteconômicos, editoriais e outros mais. A biblioteconomia nacional estará, então, contribuindo direta e indiretamente para o desenvolvimento do país.

Mas essa experiência tem um alcance ainda maior. É a de permitir que o país participe, de maneira efetiva, nos programas internacionais de intercâmbio, tendo acesso à relevante informação produzida externamente.

No atual estágio de desenvolvimento bibliotecário, a Comissão de Processos Técnicos da FEBAB tem uma importância muito grande, que poderá dar à Federação — como membro nacional da IFLA — o papel de órgão normativo nacional.

Também as escolas de biblioteconomia, através de seus professores de catalogação e de bibliografia, precisam parar e refletir sobre as implicações de algumas normas internacionais no ensino de suas disciplinas. No caso, espera-se uma ação firme da ABEBD.

Problems of bibliographic organization in Brazil; the need for official institutions to be aware of and to adopt the standards as ISBN, ISSN, ISBD and the ISBD(M). Need for coordination of efforts aiming to the production of efficient bibliographic tools in Brazil.

BIBLIOGRAFIA

1. BERGE, R. S. *Bibliography and the provision of books*
London, Association of Assistant Librarians, 1963.